

MESA REDONDA

*Cidadania e Projetos Culturais: historiadores e folcloristas no Brasil**

A “CULTURA HISTÓRICA” DO ESTADO NOVO

*Angela de Castro Gomes***

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo delimitar, dentro das várias iniciativas de política cultural do Estado Novo, um certo conjunto de medidas voltado para o que se chamou, na época, «a recuperação do passado brasileiro». Para tanto, propõe a utilização do conceito de «cultura histórica» para caracterizar a relação que uma sociedade mantém com seu passado, ou seja, para entender melhor o que os homens especificamente consideram seu passado e que lugar (espaço e valor) lhe destinam em um momento determinado do tempo. A fonte utilizada foi a revista mensal de estudos brasileiros *Cultura Política*, que circulou entre 1941-1945 e era uma publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Palavras-chave

Cultura, história, Estado Novo.

Abstract

*The main objective of this paper is to delimit, among the various initiatives of cultural policies of Estado Novo, a certain set of measures directed to what was called at the time “the recovery of the Brazilian past”. To do so, this paper proposes the employment of the concept of “historical culture” to characterise the relation a society maintains with its past, that is, to understand better what men specifically consider to be their past and which place (space and value) they confer to it in a particular moment in time. The source used was the monthly journal of Brazilian studies *Cultura Política* (Political Culture), published by the Department of Press and Propaganda (DIP) and issued between 1941-1945.*

Key-words

Culture, history, Estado Novo.

* Esta mesa redonda foi apresentada no XIX Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Belo Horizonte, entre 21 e 25 de julho de 1997, sob o tema “História e Cidadania”.

** Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo delimitar, dentro das várias iniciativas de política cultural do Estado Novo, um certo conjunto de medidas voltado para o que se chamou, na época, “a recuperação do passado nacional brasileiro”. Trata-se, portanto, de uma dimensão específica de política pública num duplo sentido. Em primeiro lugar, porque destinada ao campo da cultura, ou seja, é um esforço político explícito que se destina à conformação e divulgação de normas e valores identitários da nacionalidade em certo momento da vida de uma sociedade. Para tanto, a implementação de tal política articula setores especializados de uma burocracia estatal (meios administrativos e financeiros), com outros atores sociais relevantes, com destaque para os intelectuais, cujo envolvimento e adesão ao projeto político mais amplo do Estado estão sendo entendidos de forma muito variada. Em segundo lugar, porque procura recortar, no interior desta política pública cultural, um espaço específico de representação da nacionalidade que tem na leitura e valorização do “passado” sua chave-mestra.¹

Justamente por esta razão, o texto propõe a utilização do conceito de “cultura histórica”, tomado por Le Goff de Bernard Guenée, para caracterizar “a relação que uma sociedade mantém com seu passado”, ou seja, para nos possibilitar entender melhor *o que* especificamente os homens consideram seu passado e *que lugar (espaço e valor)* lhe destinam em determinado momento do tempo.² Desta forma, o conceito permite e mesmo exige a análise de um conjunto de iniciativas que abarca não só o conhecimento histórico em sentido mais estrito — quem são os historiadores, quais são as obras que “narram” a história nacional e quais são seus eventos e personagens fundamentais —, como o ultrapassa, abarcando outras formas de expressão cultural que têm como referência o “passado”, como a literatura e o folclore, por exemplo.

A categoria “cultura histórica” mantém, assim, uma complexa relação com o que poderia ser delineado como o campo da historiografia, o que torna necessário uma maior explicitação do que está sendo aqui proposto.

1 Sobre o tema, ver Philippe Urfalino, “L’histoire de la politique culturelle”, em Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, *Pour une histoire culturelle*, Paris, Seuil, 1997, pp. 311-324.

2 Uma pequena mas substancial reflexão sobre a categoria de “cultura histórica” está em Jacques Le Goff, “História” em *História e memória*, Campinas, Unicamp, 1990, pp. 45-50. O texto de Bernard Guenée referido é *Histoire et culture historique dans l’Occident médiéval*, Paris, Aubivier, 1980. Naturalmente, estaremos fazendo leitura e uso muito livres da categoria neste texto.

O aspecto mais evidente é o da amplitude do primeiro conceito que, como já assinalado, vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de suas obras e da disciplina. Tal constatação tem, como desdobramento importante, o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma “cultura histórica”, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier*. Há, portanto, diferenças evidentes de amplitude e de natureza entre o que se pode considerar como “cultura histórica” e o que se pode entender por “conhecimento/saber histórico” de uma época, não havendo sincronia necessária entre a expansão de ambos. Do mesmo modo, pode-se pensar em mais de uma «cultura histórica», convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução.

A construção de uma “cultura histórica”, como a que este artigo se propõe delimitar, vincula-se fortemente a políticas públicas de regimes que investem em sua legitimidade, mobilizando com destaque valores culturais da sociedade, neles inclusos os que se referem a uma herança, tradição e passado histórico comuns.³ Ou seja, o texto está destacando certas conjunturas políticas — no caso, a do Estado Novo —, em que há um esforço evidente para articular iniciativas estatais de política cultural com a conformação de uma cultura política nacional, na qual a leitura do passado ganha espaços privilegiados: na qual a “cultura histórica” é dimensão estratégica da cultura política.

Já a questão do desenvolvimento e das características do “conhecimento/saber histórico” têm que ser pensada em registro distinto, e atento à complexa relação entre: a situação do campo intelectual internacional e nacionalmente (debates, conceitos, etc); a autonomia relativa do campo intelectual; e os constrangimentos da conjuntura política maior, na qual se deve, sem dúvida, ponderar a política cultural que estiver (se estiver) sendo desenvolvida pelo Estado. Portanto, podemos considerar que, em certos períodos específicos, a presença e o impacto sociais da “cultura histórica” e do conhecimento histórico podem ser crescentes, mas também podem ocorrer disjunções, sempre explicáveis por razões próprias a cada conjuntura nacional específica. É o caso do Estado Novo no Brasil, quando talvez não se assinala uma produção tão significativa de textos históricos, mas, em função de um bem construído e executado projeto ideológico do regime, difunde-se amplamente uma certa visão de nosso “passado” e, nele, de nossa

3 Isto não quer dizer que tais regimes tenham secundarizado políticas fortemente coercitivas, como é o caso do Estado Novo. Ou seja, o investimento estatal pode crescer nas duas dimensões, não havendo correlação necessária entre ambas.

história, que “lê” e potencializa o estoque de textos históricos acumulado, associando-o a outros materiais e dando-lhe outros sentidos.⁴

Mas a complexidade da relação entre “cultura histórica” e historiografia não fica por aí, porque o que está sendo aqui compreendido como passível de ser designado como de interesse para o campo historiográfico excede a análise da trajetória de historiadores, de obras históricas e da própria disciplina (escolas, currículos, etc). Isto porque também se está considerando como objeto de conhecimento deste campo o tratamento, até bastante praticado, de como uma questão ou uma categoria vêm sendo interpretadas pela literatura ao longo de um período de tempo, o que inclui tanto os balanços bibliográficos, quanto as “histórias”/ trajetórias de conceito.

Além destas dimensões, ainda se poderia considerar uma outra, que envolveria, grosso modo e de forma certamente imprecisa, a análise de representações construídas por grupos sociais de dimensões variadas sobre “sua” própria história, o que situa problemáticas como a da memória coletiva, a da identidade (da nação, de instituições e de grupos não formalmente organizados) e a das políticas (estatais ou não), visando a consolidação de um passado comum: visando o enquadramento de uma memória nacional. O trabalho de investigar *como, quem e com que recursos* se constrói uma dada “cultura histórica”, que marca uma memória nacional, e que pode estar mais ou menos vinculada a políticas culturais do Estado para uma certa sociedade, seria, no sentido aqui explicitado, matéria de nítido interesse historiográfico. Desta forma, se a identidade de qualquer grupo social não se faz sem recurso a “seu” passado, e se este processo é dinâmico, porém não arbitrário, torna-se matéria de particular interesse para o historiador compreender as leituras de passado que as memórias coletivas empreendem, especialmente se estão relacionadas a políticas governamentais explicitamente dirigidas ao enquadramento da memória nacional.⁵

4 Na resenha de meu livro *História e historiadores: política cultural no Estado Novo*, Rio de Janeiro, FGV, 1996, escrita para a revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV (no prelo), Francisco Falcon observou de forma precisa este aspecto, assinalando como pode ser problemático o uso do conceito de “cultura histórica”. Apesar de concordar com as dificuldades por ele apontadas, considero-o útil para delimitar a questão que me preocupa no livro e neste texto, onde o retomo, explicitando suas potencialidades.

5 O conceito de enquadramento da memória está sendo tomado de Michel Pollack, especialmente em seu texto «Memória, esquecimento e silêncio», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Ed. dos Tribunais, vol. 3, 1989, pp. 3-15.

Assim, se os historiadores podem estar envolvidos em graus muito variados com tais construções, podendo não deter as principais posições do processo no momento em que ele ocorre (o que pode ser até bem compreensível), são eles que, como profissionais da história, certamente devem se dedicar, *a posteriori*, a analisá-lo, demonstrando quais foram os elementos selecionados (com as hierarquias e as omissões); como e porquê o foram; e em quais circunstâncias e com quais objetivos tal projeto se desenvolveu.

Voltando ao exemplo do Estado Novo, se o conhecimento histórico produzido por historiadores aí não floresceu tanto (o que carece de maiores comprovações), floresceu uma política cultural que consagrou uma “cultura histórica” pela apropriação não apenas de autores e obras históricas, mas igualmente de um vasto conjunto de discursos e práticas que falava sobre o “povo” e a “nação”. Esta “cultura histórica”, portanto, iria marcar tanto a cultura política do país, como igualmente sua própria tradição acadêmica na área da história, por tempo não desprezível. O fato deste não ser um período particularmente frutífero em termos de produção de obras históricas não o torna menos estratégico, em termos da importância da “cultura histórica” que então foi articulada, o que apenas qualifica a relação assimétrica, mas fundamental, entre ambas.

Este artigo procura acompanhar algumas iniciativas da política cultural estado-novista de valorização do “passado nacional”, quer ele assumisse o sentido de uma tradição que marcava a cultura popular, quer assumisse o feitio de um discurso histórico datado, no qual a figura do historiador e suas obras deviam ser recuperadas. O que se postulava, em sentido amplo, era uma grande harmonia entre tais vertentes do passado, o que não excluía tensões e choques advindos tanto de uma *bricolage* difícil, quanto de disputas por espaços de poder muito variados.

Contudo, o que também fica evidente — constituindo-se a especificidade do artigo — é a existência de um esforço que visava alargar o “lugar” do conhecimento histórico no interior da própria “cultura histórica” mais abrangente, quer por subsídios a instituições históricas e a eventos comemorativos, quer pela publicação e divulgação de textos definidos como históricos. A fonte utilizada, por excelência, foi a revista mensal de estudos brasileiros *Cultura Política*, que circulou entre 1941 e 1945, e era uma publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. Nela, toda a nossa atenção estará concentrada na última seção, intitulada “Brasil social, intelectual e artístico”.⁶

6 O texto que segue é uma versão alterada de parte do capítulo IV de meu livro anteriormente citado.

A política cultural de recuperação do passado

No editorial de Rosário Fusco apresentando pela primeira vez a seção “Brasil social, intelectual e artístico”, a promessa era a de que as páginas que se seguiriam refletiriam sempre o “espetáculo extraordinário de renascimento” das capacidades criadoras dos brasileiros em todas as esferas.⁷ Logo a seguir, em outro texto, a razão precípua deste fato é explicada nos seguintes termos:

Hoje, podemos afirmar que existe uma política brasileira que é uma autêntica expressão do nosso espírito nacional. Nesse espírito social ajustaram-se as necessidades do nosso presente às conquistas do nosso passado, para formarem esta permissão tríplice da política, que nos concede agir, pensar e criar o Brasil (...) ⁸

Neste sentido, o cerne da reflexão que se encaminhava e sustentava estava contido na adequação entre “política” e “espírito da nacionalidade”, ou seja, conseguira-se finalmente delinear/produzir este “espírito nacional”, o que possibilitava o encontro da harmonia social. Não só neste como em inúmeros outros artigos, fica claro que tal categoria não devia ser entendida como uma “entidade metafísica” ou alguma forma de “sentimento espontâneo transcendente”, desde sempre existente e “pronto” a revelar-se aos brasileiros. O “espírito da nacionalidade” era um constructo, ao mesmo tempo buscado e criado por nossa intelectualidade. Tanto que o artigo acima citado inicia-se com uma menção a Joaquim Nabuco e a um de seus escritos à época da campanha abolicionista, diagnosticando justamente a falta do que chamava “homogeneidade nacional” em nosso país. Modernamente, segundo a revista, esta “homogeneidade” recebia a designação de “espírito” ou “consciência” nacional.

A dificuldade da produção desta consciência no Brasil devia-se, inclusive, ao fato de a “nacionalidade” ter sido reduzida a um simples “grêmio político” mantido por “contrato de interesses”, concepção utilitária em “completa contradição com o conceito orgânico, racional e cristão” que herdamos de “nossos maiores”.⁹ A crítica ao liberalismo é evidente, sendo a condução das elites políticas a responsável pelo “atraso” vivenciado

7 Editorial, “Brasil social, intelectual e artístico”, *Cultura Política*, n. 1, março de 1941, p. 227.

8 “Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil”, *Cultura Política*, n. 1, março de 1941, pp. 228-9.

9 *Idem*, *Cultura Política*, n. 5, julho de 1941.

por nosso país. A concepção equivocada de nacionalidade que, bem entendida, desviava-se de nossa “herança”, respondia pela impossibilidade de produção de uma “consciência coletiva” que pudesse orientar os rumos da política e, em o fazendo, desencadear suas potencialidades estimuladoras.

O “espírito nacional” de um país podia muito bem ser encontrado/criado — a idéia é sempre plena desta ambigüidade constitutiva — nos “costumes da tradição, da religião, da raça, da língua e da memória do passado” do povo. O acordo entre ordem política e social, o equilíbrio entre forças dirigentes e dirigidas que o Estado Novo produzia, advinha fundamentalmente desta adequação cultural profunda, causa e produto de sua legitimidade. Toda a política do pós-37 era uma reação ao “materialismo” anterior, que, segundo os editoriais, romantizava o futuro, hipervalorizava o presente e condenava o passado.¹⁰

Havia assim um erro “original”, por parte de nossas elites políticas, no tratamento dos “tempos”, o que estava sendo sanado pelo Estado Novo. Ele enfrentava os problemas do presente, sem idealizações do futuro, mas com a certeza de produzi-lo melhor, exatamente porque não se negava a refletir sobre o passado, buscando-o como um “manancial de inspiração”.

“Espírito nacional” e “passado” eram, neste sentido, categorias independentes, devendo ser examinadas com extrema atenção. Em primeiro lugar, salta a idéia de que o Brasil era um país que condenava “seu passado” porque o temia. Alguns intelectuais, como Alberto Torres, por exemplo, são apontados como alimentadores desta ótica da nacionalidade que divisava apenas relações entre presente e futuro. Não temer o passado transformava-se numa espécie de primeiro mandamento para a política cultural do Estado Novo. Isto se testemunhava nas falas do próprio presidente, que não perdia a oportunidade de reatar passado e presente, mostrando que, “mesmo em plena vigência das lutas internas mais espetaculares”, conseguíamos manter os princípios humanos e cristãos da nacionalidade.

Portanto, “o passado” aparece como uma espécie de fantasma a ser enfrentado; como condição para deixar de assombrar e poluir o “espírito nacional”. As razões deste temor não são explicitamente equacionadas pela revista, mas as indicações são tanto de que ele advinha de um real desconhecimento de nossas origens quanto de um sentimento de inferioridade, que precisavam ser *definitivamente* exorcizados.

10 Ibidem.

Em segundo lugar, “o passado” é postulado como um “manancial de inspiração”. Não se trata de acreditar em retorno e nem em uma concepção de passado (história) como “mestre” do presente e futuro. Esta concepção ficava, aliás, comprometida pela assertiva anterior, que indicava uma tradição de deméritos bem maior do que a de méritos. É claro que sempre se poderia argumentar que se aprende também com erros, com os maus exemplos, mas não seria este propriamente o objetivo da política cultural do Estado Novo em seu esforço de “recuperação do passado”.

A “necessidade” do passado, sua inscrição como “fonte” da nacionalidade e, por conseguinte, como bússola da política, advinham muito mais, acreditamos, da orientação que os ideólogos do regime sustentavam de que não havia governos bons ou maus — não havia modelos universais —, e sim governos adequados ou não a uma realidade singular. A perspectiva historicista aí assumida impunha uma valorização do “passado”, única categoria capaz de preencher com respostas verossímeis tal exigência de “adequação”. Também torna-se evidente que esta demanda implicava uma leitura positiva do “passado”, o que igualmente não poderia resvalar para excessos idealizadores que a política “realista” do Estado Novo igualmente não comportava.

A nova política do Brasil não inspira outra coisa senão a união da cultura com a vida. Realista, seus postulados se firmam em bases de uma segurança que existindo no presente, vai afirmar seu ponto de apoio nos alicerces do passado.¹¹

A operação intelectual não deixa dúvidas quanto à sua dinâmica conservadora. Trata-se de buscar um “sentido”, de interpretar uma realidade social, mas não pela constatação simples de algo que existe — um destino, um tempo cíclico —, mas por um tipo de aproximação — pelo uso de um método —, que consiste em se “chegar ao real por trás”, a partir de seu “passado”. O presente não é assim o começo do futuro, mas o último momento do passado, numa perspectiva evolucionista, mas não progressivista.¹²

Finalmente, em terceiro lugar, esta postulação de “passado” não é unitária. Se o “espírito nacional” está nos costumes, na raça, na língua e na memória, devendo todos ser recuperados e valorizados, há duas concepções de passado sendo propostas e con-

11 Idem, *Cultura Política*, n. 2, abril de 1941, p. 237.

12 Mannheim, K. “O pensamento conservador”. In: Martins, J. de Souza (org.), *Introdução crítica à sociologia rural*, São Paulo, Hucitec, 1981.

vivendo neste discurso. A de um passado ligado à cultura popular e que, manifestando-se em um conjunto de tradições, convive com o presente, sendo a-histórico e referindo-se a uma idéia de tempo não datado, e a de um passado histórico, ligado a uma idéia de tempo linear, cronológico, datado e referido à memória de fatos e personagens únicos, existentes numa sucessão à qual é vedado de conviver com o presente.

Ambos os sentidos de passado, ambas as formas de postular sua relação com o presente e o futuro, convergem para uma visão mais ampla de totalidade que dele emerge de forma fundamental. É interessante observar que, na seção “Brasil social, intelectual e artístico”, há espaços reservados para cada uma delas — “Folclore” ao lado de “História”; costumes regionais ao lado de páginas do passado.

O esforço de “recuperação do passado” não hierarquizava um desses sentidos em relação ao outro, mas os qualificava, estabelecendo operações específicas em cada caso. Tanto os “conteúdos” vinculados às tradições populares quanto à História do Brasil precisavam ser trabalhados de forma adequada, sem preconceitos de inferioridade ou de superioridade ufanista, ambos prejudiciais ao “espírito nacional”. A “política” vinha ignorando as duas dimensões deste “passado”, afastando-se do povo e de nossos “maiores”.

O “lugar do passado”, nesta construção discursiva é, como se vê, crucial e, neste “passado”, o “lugar da história” é extremamente relevante e complexo, como a argumentação de *Cultura Política* pretende demonstrar e este trabalho procurará exemplificar.¹³

O passado nacional: sentido e lugar da história

Com o exame dos editoriais que precedem a seção “Brasil social, intelectual e artístico” e também dos que precedem as subseções voltadas para a “evolução intelectual”, fica evidente que se trata de “interpretar” nossa história para nela encontrar um sentido, entendido como distante das idéias de utopia, fatalismo ou imobilismo.

Este “sentido”, a nosso juízo, é identificado no processo de centralização política que estaria presente na evolução social do Brasil através do tempo, iniciada com Tomé de Sousa e que ganharia contornos contemporâneos com Getúlio Vargas. A “vocalização” centralizadora, que o estudo da história do Brasil vinha demonstrando, confirmava-se em todas as experiências fracassadas de descentralização, quer fosse a das capitânias

13 Le Goff, J. *História e Memória*, São Paulo, Unicamp, 1990, pp. 47 e seg.

hereditárias, quer fosse a do hiperfederalismo republicano. Nada surpreendente, portanto, considerando-se a experiência política estado-novista.

O que torna esta leitura interessante é a forma como ela se associa a uma certa concepção de fazer História do Brasil, atacando uma “outra”, considerada persistente e resistente. Isto porque, para *Cultura Política*, aqueles que sempre defenderam a descentralização política fizeram-no esgrimindo o forte argumento da extensão geográfica do país, indicador tanto de sua grandeza quanto de suas dificuldades de alcançar integração e harmonia. Uma pequena citação pode ser pedagógica:

Imbuídos das teorias sociológicas da época (...) eles [os partidários da descentralização] queriam (...) fazer tudo derivar dos chamados fatores internos (...). Entretanto, nós sabemos (...), a geografia não é tudo sendo, antes de mais nada, incapaz de fazer modificar a natureza do homem de uma determinada raça.¹⁴

Desta forma, embora o discurso da revista procurasse construir uma história política do Brasil marcada basicamente pela continuidade da centralização, própria do pensamento conservador que valoriza a autoridade, ele não excluía rupturas no processo, responsabilizando uma concepção mais “espacial” de nossa história por tais desvios. Por conseguinte, o elemento de continuidade com a linha evolutiva da tradição, no caso da construção de um discurso histórico, não impedia a afirmação de uma ordenação mais temporal do que espacial dos acontecimentos, antes pelo contrário.

Assim, o que os textos dos editoriais parecem indicar é uma espécie de dupla operação. De um lado, reserva-se o “passado tradicional da cultura popular” para uma concepção espacial dos fatos de nossa cultura, organizada por regiões geográficas com seus costumes religiosos, alimentares, musicais, etc. Portanto, não se tratava de expulsar ou minimizar esta percepção geográfica, tão marcante de nossa evolução social, mas sim de circunscrevê-la e/ou, principalmente, de abrir campo para outro tipo de concepção.

De outro lado, o “passado histórico brasileiro” precisava justamente se libertar desta preeminência “geográfica”, apontada como aquela que procurava derivar nossa evolução de fatores “naturais”, como se eles fossem capazes de determinar completamente as características dos “homens de uma raça”: de um “povo”.

14 “Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística”, *Cultura Política*, n. 4, junho de 1941, pp. 213-5.

Embora numa primeira leitura a linha de argumentação pareça indicar tão-somente uma reatualização do debate entre duas vertentes datadas de fins do século XIX — a que defendia a principalidade do meio/clima e a que insistia na centralidade da questão racial —, o que ocorria não era tão simples. Em primeiro lugar, porque os argumentos “geográficos” continuavam coexistindo, de forma muito própria, com os “históricos”; em segundo lugar, porque quando se falava em “raça”, não mais se possuía os mesmos referenciais biológicos próprios ao pensamento de fins do século XIX e inícios do XX. A palavra “raça” era a mesma, mas, no novo contexto, ela estava sendo preenchida basicamente por conteúdos sócio-culturais e não apenas étnicos. Por esta razão, talvez, os dois sentidos de passado e de tempo — um, eminentemente histórico/cronológico, e, outro, não-datado e “vivo” no presente — constituíssem as faces de uma totalidade que precisava ser montada com tanta eficiência e cuidado.

Do ponto de vista que nos interessa destacar, se o presente permanece ancorado no passado como tradição, durante os anos do Estado Novo faz-se um esforço consciente e avultado para redescobrir o passado histórico enquanto realidade antecedente e passível de compreensão. Um passado histórico que não podia, como a tradição, co-existir com o presente, mas que era fonte de explicação para o novo.

Política cultural, cultura política e cultura histórica

Provavelmente, não é casual o fato deste discurso estar sendo emitido em articulação com uma série de iniciativas públicas, avocadas pela revista como comprovação de sua tese de “recuperação do passado”.

Antes de mais nada, a Lei Orgânica do Ensino Secundário — Decreto-Lei n 4.244, de 9 de abril de 1942 — que finalmente dera à História do Brasil “o lugar que lhe competia”, separando-a da História Geral e retirando-a da situação “lamentável” a que fora relegada pela reforma Campos de 1931. Era bem verdade que tal situação já vinha sendo revertida desde inícios de 1940, por portaria do ministro Capanema, mas ela só se concluíra dois anos depois, com a restauração completa da disciplina.

No mesmo ano de 1940, fora criado, em Petrópolis, o Museu Imperial, multiplicando-se pelo país as sedes do Instituto Histórico e Geográfico. Aliás, todos eles estavam na lista das 23 associações históricas subsidiadas pelo governo federal, das quais apenas três não eram entidades deste tipo: a Sociedade Capistrano de Abreu

e o Instituto de Geografia e História Militar, ambos no Rio de Janeiro; e a Sociedade Paulista de Estudos Históricos.¹⁵

A recuperação do passado histórico passara a integrar também um verdadeiro calendário de comemorações de centenários de acontecimentos, de nascimento ou morte dos mais notáveis vultos e instituições da História do Brasil. Em 1937, o centenário de fundação do Colégio Pedro II; em 1938, o primeiro século do Arquivo Nacional, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a exposição, organizada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do centenário de falecimento de José Bonifácio de Andrada e Silva; em 1939, o centenário de nascimento do marechal Floriano Peixoto e os festejos do centenário de restauração do Reino de Portugal; em 1940, o centenário da Maioridade de D. Pedro II e do quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus; em 1941, os centenários de nascimento de Prudente de Moraes e Campos Sales e o da coroação de D. Pedro II, para citar os mais importantes.

Em torno destes eventos organizava-se a comunidade dos historiadores, pois sua preparação envolvia a organização de exposições, congressos e publicações, algumas de grande porte. As comemorações cumpriam seu papel catalisador, contando com o sistemático comparecimento e apoio do Ministério da Educação e Saúde.¹⁶

Uma área de atuação do regime merece, contudo, um cuidado todo especial de *Cultura Política*, neste verdadeiro arrolamento de frentes de incentivo à recuperação da História do Brasil. Ela diz respeito ao apoio à produção histórica, abarcando tanto as publicações oficiais quanto aquelas resultantes da “cooperação privada”, em especial de algumas editoras. Vale a pena, neste sentido, fazer um acompanhamento minucioso da cobertura dada por *Cultura Política* a estas iniciativas, situadas como a maior prova da atenção dispensada pelo regime à evolução cultural do país.

Segundo a revista, a quantidade e a qualidade das obras publicadas espelhavam cabalmente a criatividade que se vivenciava nesta esfera da cultura nacional. Desta forma, já em seu primeiro número, *Cultura Política* abre uma subseção intitulada “Movimento bibliográfico”, cujo objetivo era realizar o levantamento mais preciso possível de tudo o que se publicava em território nacional. Sob a responsabilidade de Antônio Simões dos Reis, do Instituto Nacional do Livro — outra obra do regime —, o que se

15 Vianna, Hélio. “A história do Brasil no quinquênio 1937-1942”, *Cultura Política*, n. 21, novembro de 1942, pp. 360-2.

16 Idem, pp. 355-57.

desejava era que autores e editores enviassem seus trabalhos para a revista, de forma que pudessem ser listados e divulgados.¹⁷ Esta subseção permanece existindo até dezembro de 1943, abrindo subitens para elencar uma literatura especialmente voltada para comentar as realizações do Estado Nacional, para explicar o pensamento do presidente e também para divulgar o que se escrevia sobre o Brasil no exterior.¹⁸

Nesta ampla bibliografia, que cobre o período de 1940 a 1943, foram listados 60 títulos vinculados à História do Brasil, dos quais 14 são publicações oficiais (Imprensa Nacional, edições dos governos estaduais, Biblioteca Militar), e 22 são iniciativas de oito importantes editoras, algumas das quais dispoendo de coleções de grande porte e prestígio.

Para se ter uma idéia mais clara desta atuação editorial privada, Hélio Vianna fornece dados que complementam os indicados pela seção “Movimento bibliográfico”.¹⁹ Segundo ele, a Companhia Editora Nacional, que em 1931 iniciara a série “Brasileira” da Biblioteca Pedagógica Brasileira, em novembro de 1937 mal havia chegado ao centésimo volume da coleção. Entretanto, desta data até novembro de 1942, quando redige o artigo de balanço do 5º aniversário do Estado Novo, já alcançara os 230 volumes, mais do que duplicando seu movimento. O mesmo vinha acontecendo com a coleção “Documentos Brasileiros” da Livraria José Olympio, com 34 obras; a “Biblioteca Histórica Brasileira”, da Livraria Martins de São Paulo, com 10 livros de autores estrangeiros que escreveram sobre o Brasil; a série “História”, da Academia Brasileira de Letras, com 8 volumes; os “Departamentos Históricos”, do livreiro-editor Zélio Valverde, com 5 volumes; a Sociedade Capistrano de Abreu, com 11 volumes, sendo 7 edições de textos de seu patrono eminente; e a “Estante Guairacá”, da Editora Guaíra, de Curitiba, que publicara 2 volumes.

Portanto, a revista demarcava com clareza tanto o imenso crescimento do movimento editorial após 1937 e, nele, do papel direto e indireto do Estado, quanto o espaço privilegiado que os estudos históricos ocupavam nesta produção e no interesse do público.

17 Apesar da descrição temática da seção variar a cada número, as bibliografias englobam livros sobre: esportes; engenharia; direito e legislação; etnografia; sociologia; história geral e do Brasil; ciências econômicas e finanças; ciências médicas; psicologia, ciências ocultas; antropologia; música; educação; militarismo; física e química; além de biografias, romances e literatura infantil.

18 “Movimento Bibliográfico”, *Cultura Política*, n. 19, setembro de 1942, p. 232. A “Bibliografia estrangeira sobre o Brasil” foi organizada por Carlos Pedrosa.

19 Vianna, Hélio, op.cit., p. 360.

No que se refere aos 60 títulos catalogados como de História do Brasil, o que certamente constitui uma amostra razoavelmente aleatória apenas do que era enviado, procuramos atentar para os autores e títulos, de forma a fazer uma aproximação impressionista do perfil do conjunto das publicações. O que se verifica inicialmente é o grande número de autores, sendo muito poucos já conhecidos e reconhecidos, na época, como grandes nomes. Entre estes estão apenas: Afonso de E. Taunay (*Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil Colonial*, IHGB, Rio, Imprensa Nacional, 1941 e *Rio de Janeiro de antanho. Impressões de viajantes estrangeiros*, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasiliense, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942); Gilberto Freire (*O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônicas portuguesas*. Documentos Brasileiros, vol. 28, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1940 e *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, Documentos Brasileiros, v. 34, 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1942); Sérgio Milliet (*Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil*, 3 ed., São Paulo, Ed. do Departamento de Cultura, 1941); Basílio de Magalhães (*História do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1942); Alfredo Ellis Junior (*Resumo da História de São Paulo*, São Paulo, Tip. Brasil Rothschild Loureiro Cia. Ltda., 1942); e Cassiano Ricardo (*A marcha para Oeste: a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil*, Documentos Brasileiros, v. 25, 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1942).

No caso de um perfil do conteúdo temático da amostra, observa-se que ela reúne um acentuado número de monografias de caráter histórico-corográfico e de memórias, e que há uma razoável concentração em certos assuntos históricos. Durante os três primeiros anos de publicação da seção (1941-1943), os temas mais recorrentes são: pacto colonial, missões religiosas (jesuítas), ação bandeirante, questões de fronteiras e movimentos separatistas. A eles se seguem os livros que debatem o escravismo e a economia cafeeira. Como se pode deduzir deste perfil, a maciça maioria das obras versa sobre o período colonial, havendo um número proporcionalmente pequeno de textos dedicado ao Império e menor ainda ao período republicano.

Contudo, se estes dados podem conduzir à percepção de uma pequena atenção destinada, pela produção histórica e pela revista, ao período republicano, ela é neutralizada por uma outra seção intitulada "Roteiro bibliográfico da República". Diferentemente da anterior, ela não é uma seção sistemática, sendo muito mais uma espécie de pesquisa patrocinada pelo periódico "acerca da história da República, desde a sua gê-

nese, no final do segundo Reinado, até os tempos atuais”.²⁰ Entregue ao historiador Sílvio Peixoto, o “Roteiro” será publicado em quatro partes — outubro e novembro de 1943 e janeiro e junho de 1944 —, catalogando um total de 78 obras sobre o período republicano.

O material reunido é assim extremamente interessante, pois trata-se de um levantamento, muito provavelmente, exaustivo, feito sobre tudo o que havia sido publicado sobre a República desde a Proclamação, no ano de 1889, até meados de 1944, quando sai o último número da seção. Ele permite uma visão nítida acerca dos temas que foram objeto daqueles que escreveram sobre a República — obviamente extrapolando em muito a categoria “historiador” —, como também da distribuição deste volume de publicações através do tempo.

Em relação a este último aspecto, pode-se construir o seguinte quadro:

Período de publicação	Nº de livros
1889-1909	33
1910-1919	09
1920-1929	09
1930-1937	07
1938-1944	11
s/d	09
Total Geral	78

A observação dos dados deixa evidente a grande concentração de textos no momento imediatamente posterior à Proclamação, o que responde, em parte, pelo fato de, entre os 78 títulos publicados, 26 versarem sobre temas que envolviam a “gênese” da República. Ou seja, os anos finais da Monarquia (7 obras); o combate à monarquia e a propaganda republicana (9 obras) e o episódio da Proclamação (10 obras).

Além disso, chama a atenção um razoável crescimento do interesse sobre o período (em produzir e publicar) ocorrido após o Estado Novo, já que, em seis anos e meio,

20 Peixoto, Sílvio. “Roteiro bibliográfico da República”, *Cultura Política*, n. 33, outubro de 1943, p. 245-260. Idem, n. 34, pp. 264-73; n. 36, pp. 297-303; e n. 41, pp. 214-20.

já se havia editado 11 títulos sobre a República. De qualquer forma, o quadro também demonstra que este não era um período desprovido de atenção durante toda a Primeira República.

Em relação à concentração temática, o maior número de textos ocupa-se de estudos biográficos, com destaque para Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca, Campos Sales e Nilo Peçanha. São 18 obras, seguidas de perto por 17 outras, voltadas para diversos aspectos da história republicana (economia, política, revoltas, etc.). Só há dois textos que se ocupam do tema República e Revolução de 1930: Sertório de Castro, *A República que a revolução destruiu* (Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas Borsoi, 1932); e Hastinfilo de Moura, *Da Primeira à Segunda República* (Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Ed., 1936).

Quanto aos autores, grande parte deles é constituída de atores envolvidos na própria história. Mas há também a presença de “historiadores”, inclusive de vários nomes consagrados por “Autores e Livros” — Afonso Celso, Eduardo Prado, Pandiá Calógeras, Visconde de Taunay —, além de outros, como o próprio Silvío Peixoto, Dunshee de Abranches, e Max Fleiuss, por exemplo.

O “Roteiro” procurava ser uma orientação segura e crítica para o leitor, e por tal razão os livros eram resenhados, como já mencionado, até mesmo capítulo por capítulo. As avaliações de Silvío Peixoto são assim parte integrante dos objetivos da seção e por elas fica evidente que se visava realizar uma defesa do regime republicano, muito embora isto não significasse nem o ataque à Monarquia, nem o elogio da experiência do pré-30. Suas avaliações a respeito dos trabalhos de Eduardo Prado e Afonso Celso são ilustrativas. Resenhando *Fastos da ditadura militar no Brasil*, considerado um clássico da literatura histórica por “Autores e Livros”, ele escreve:

Trata-se de um livro excessivamente apaixonado, em que seu autor manifesta incontida animosidade contra tudo quanto diz respeito à República, chegando, por vezes, ao ataque pessoal, o que nos leva a considerar a obra em questão como desaconselhável em virtude da parcialidade com que foi escrita.²¹

Em relação a Afonso Celso, é ainda mais categórico quando critica *Vultos e fatos* (Rio de Janeiro, Domingos Magalhães ed., s/d.): “São episódios de nula significação histórica e por conseguinte dispensáveis para o estudo da história republicana”.²²

21 Peixoto, Silvío. Idem, *Cultura Política*, nº 33, outubro de 1944, p. 255.

22 Idem, p. 252.

Mas, evidentemente, há também os elogios, como quando fala do texto de Hastinfilo de Moura — “Escrito com elegância e contendo farto documentário, fornece, esse volume, apreciável contribuição ao estudo da República no Brasil” —, ou do de José Maria dos Santos (*A política geral do Brasil*, São Paulo, J. Magalhães, 1930):

Embora discordemos, por vezes, da interpretação histórica dada (...) a alguns fatos ocorridos durante o período republicano, consideramos o (...) volume indispensável ao estudo daquela época.²³

Duas outras subseções de *Cultura Política* integram-se a este esforço em demonstrar para o público o que se tem publicado no Brasil, especialmente a partir de 1930, recortando a área dos estudos sobre a História do Brasil. Uma delas é “Literatura histórica”, que integra a seção de “Evolução intelectual”. Publicada desde o primeiro número de março de 1941, sob a responsabilidade do historiador Hélio Vianna, ela tem periodicidade regular até julho de 1942, quando toda a revista se altera. A outra subseção é “Movimento literário”, que integra a seção “Literatura” e terá publicação entre setembro de 1943 e maio de 1945.

O primeiro espaço é inteiramente reservado às publicações na área de história, estando o responsável voltado para a divulgação de todos os “gêneros”: crônicas, viagens, compêndios, ensaios, biografias, obras sobre geografia e etnografia do Brasil, traduções de livros de viajantes estrangeiros, reedições de textos e documentos históricos. Além disso, o grande interesse é privilegiar o esforço do Ministério da Educação e Cultura que vinha financiando uma série de publicações entre periódicos — a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico*, o *Anuário do Museu Imperial* e os *Anais da Biblioteca Nacional*, dentre outros —, além das edições do Instituto Nacional do Livro, que reeditava importantes textos e documentos históricos.

Esse serviço “verdadeiramente patriótico” que as autoridades governamentais vinham realizando em prol da “ressurreição do passado” brasileiro precisava ser conhecido, para ser consumido e valorizado.²⁴

Como o “Roteiro”, por ser um trabalho de análise da produção histórica, a subseção foi entregue a um historiador, ele mesmo autor de um livro considerado como importante para a disciplina: *Formação brasileira* (Rio de Janeiro, 1935).

23 Ibidem, p. 254 e 253, respectivamente.

24 Vianna, Hélio. “Literatura histórica”, *Cultura Política*, n. 1, março de 1941.

De uma forma geral, por conseguinte, a literatura histórica examinada ao longo deste um ano e meio em que a subseção é publicada, compõe-se de uma produção recente, e em parte integrante de periódicos de instituições culturais da época. Para Hélio Vianna, além deste trabalho ser a “prova irrefutável” do progresso que se instalava na área da investigação histórica, era igualmente um empreendimento que permitia um mapeamento das abordagens que vinham se dando a certos acontecimentos e períodos de nossa história.

Ainda seguindo o responsável pela “Literatura histórica”, estava se observando um significativo crescimento dos “estudos regionais” que passavam a contribuir definitivamente para a maturidade de nossa produção historiográfica. Tal fato poderia ser associado, de forma irrefutável, à mais importante medida governamental na área da organização institucional no campo do saber histórico: modernização do IHGB, com sua expansão territorial, o que se revelava através da produção intelectual. São comentadas, no caso, iniciativas do IHG de Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Sul — que promove o 3º Congresso Sul Rio Grandense de História e Geografia — e do Rio de Janeiro — que realiza, em 1938, o 3º Congresso de História Nacional, como um grande evento.²⁵

Outro aspecto interessante é o do reconhecimento da importância das biografias, romanceadas ou não, no interior desta literatura histórica. Para Hélio Vianna, seu valor não era bem compreendido no meio intelectual, de forma que um cuidado compatível com sua presença lhe fosse destinado. Ele, inclusive, estimulava aqueles que desejassem se dedicar ao gênero, destacando que sua “boa” execução afetava de forma favorável ou perniciosamente os estudos históricos.²⁶

A atenção que Hélio Vianna dispensa à produção de biografias, aliada ao grande número delas (o que pode ser sentido no exame já realizado do “Roteiro”), merece uma contextualização em função das reformas — Campos, de 1931, e Capanema, de 1942 —, que reorganizaram o ensino da História Geral e do Brasil. A reforma Campos adotara o princípio do ensino em círculos concêntricos, sendo a matéria estudada no curso fundamental, e revista, em nível mais profundo, no curso complementar. No exemplo

25 Os Anais dos dois Congressos são comentados por Hélio Vianna e fica nítido o impacto que este tipo de publicações procurava alcançar, rompendo com uma certa “estagnação” e “descrédito” de um tempo anterior ao apoio estadonovista. Ver *Cultura Política* n. 10, de dezembro de 1941; n. 11, de janeiro de 1942; e n. 12 de fevereiro de 1942.

26 Sobre as biografias ver “Literatura histórica” em *Cultura Política*, n. 8 e 9, de outubro de 1941.

em questão, a primeira série era dedicada a uma “história biográfica e episódica” que apresentasse a narrativa da vida de grandes nomes ligados à História do Brasil e da América, de forma a despertar o interesse do aluno e prepará-lo para estudos mais sistemáticos posteriores. Esse princípio de ensino por círculos concêntricos bem como a postulação da utilização de uma “história biográfica”, como iniciação aos estudos históricos em geral, não são rompidos pela reforma Capanema.

Autorizando o ensino da História do Brasil e ressaltando seu nítido objetivo patriótico, a reforma de 1942 recomendava a formação da consciência dos alunos do curso secundário através dos acontecimentos e vultos principais de nosso passado. A admiração pela personalidade humana e por seus grandes feitos estava na base da compreensão do sentido de nossa história e da construção das noções de dignidade e responsabilidade cívicas. Como o ensino, à época, distinguia as classes por sexo, havia o cuidado em recomendar biografias de mulheres, que destacassem as qualidades da personalidade feminina e sua influência na sociedade e família brasileiras.²⁷

Com a função de motivar e de iniciar os alunos do curso secundário nos estudos históricos, as biografias — sobretudo a dos vultos nacionais — desempenhavam um papel-chave no sistema educacional, além de, por tradição, constituírem um gênero acessível e agradável ao grande público. Quando Hélio Vianna advertia “seu” meio intelectual para uma melhor “compreensão” para com as biografias, cumpria papel importante, até mesmo porque havia registros das dificuldades que os professores encontravam em realizar a concepção do curso, quer por falta de preparo, quer por falta de material didático, compêndios em especial.

Um último aspecto pode ser assinalado a partir dos comentários do articulista de “Literatura histórica”. Ele dizia respeito a uma certa transformação no tipo de estudo elaborado pelos historiadores, que estariam francamente privilegiando monografias e ensaios e não mais realizando textos de síntese. A razão principal para tal tendência era a dificuldade da realização de pesquisas históricas, que exigiam fontes documentais inéditas ou pouco exploradas, o que demandava muitos recursos financeiros e também organizacionais. Daí a produção passar a ter um caráter cada vez mais fragmentado e circunscrito a períodos e questões bem específicas, não havendo mais trabalhos como os de Varnhagen e Capistrano de Abreu.²⁸

27 Sobre as reformas e os programas de História ver Hollanda, Guy de. *Programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)*, Rio de Janeiro, INEP, MEC, 1957.

28 Vianna, Hélio. “Literatura histórica”, *Cultura Política*, n. 17, julho de 1942.

Hélio Vianna não dá seguimento a essas observações, até mesmo porque elas ocupam o último número em que a seção aparece. Entretanto, é interessante notar que isto está sendo escrito exatamente quando as Faculdades de Filosofia começam a formar suas primeiras turmas de professores de 2º grau e de pesquisadores de História. A partir de meados dos anos 40, com a continuidade deste processo, sem dúvida o perfil do historiador e da produção historiográfica iriam se alterar de forma decisiva, sendo o momento que examinamos o de uma transição entre um modelo que datava ainda de inícios do século e o de um novo profissional, cujos contornos não eram nítidos.

Finalmente, é necessário examinar a subseção “Movimento literário”, cujo objetivo era resenhar romances, biografias, poesias, peças teatrais e ensaios históricos e literários. Portanto, um espaço que não se volta em especial para a área de História e cuja marca nos pareceu ser o interesse por reedições de textos considerados fundamentais.

No período em que é publicado, “Movimento literário” resenha um total de 19 livros por ele classificado como “estudos brasileiros de interesse histórico”. A questão, no caso, é verificar que tipo de textos são destacados e o que deles se diz nas resenhas. De imediato, verifica-se que seis são biografias de vultos da História do Brasil²⁹ e cinco são reedições de livros considerados fundamentais. Neste último caso estão: *A vida e morte do bandeirante* de Alcântara Machado, com introdução de Sérgio Milliet e ilustrações de Wash Rodrigues, Liv. Martins, 1944; *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire, em 4ª edição da José Olympio, 1943; de Oliveira Lima, a *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, com prefácio de Gilberto Freire, Martinenche e José Veríssimo, Cia Ed. Leitura, 1944, texto que há 20 anos encontrava-se esgotado; também seu melhor livro, *D. João VI no Brasil*, com prefácio de Otávio Tarquínio de Souza e ilustrações de Luís Jardim, há 30 anos esgotado e reeditado pela José Olympio também em 1944; e, finalmente, *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, cuja primeira edição datava de 1923, tendo já várias outras esgotadas e que, em 1945, fora reimpresso. Prado é considerado o precursor de Sérgio Milliet, Gilberto Freire e Caio Prado Junior dentre muitos outros, e o próprio Freire é apontado como o responsável por um novo descobrimento do Brasil.

O cuidado na impressão dessas reedições é evidente, e os elogios com que são saudadas indicam a importância atribuída ao reaparecimento comercial dos livros. Mas

29 Os vultos “históricos” objeto de biografias foram: Gonçalves Dias; D. Pedro I; Raposo Tavares; Matias de Albuquerque; Quintino Bocaiúva; Diogo Antonio Feijó; Machado de Assis e Álvares de Azevedo.

o que pode ser retido de todo este conjunto de subseções destinadas a registrar a produção cultural do país, especialmente na área da História do Brasil, é o que *Cultura Política* desejava demonstrar. Em primeiro lugar, a extrema fertilidade de nossa intelectualidade, e a criatividade com que pôde responder a uma política efetiva de apoio governamental, que se traduzia de forma evidente e eficiente na primeira das questões que mobilizava o produtor de bens simbólicos: a garantia de condições para a geração de seu trabalho e sua posterior divulgação, sem o que o esforço inicial se perdia como inútil.

Tal transformação *Cultura Política* conseguia afirmar. O passado “recuperado”, valorizado e não mais temido era o fundamento da nacionalidade que o Estado Novo impulsionaria para o futuro.